

O CASO DOS IRMÃOS NAVES

roteiro original
comentado por
**JEAN CLAUDE
BERNARDET**

de Luis Sérgio Person & Jean Claude Bernardet

O Caso dos Irmãos Naves
(Chifre em Cabeça de Cavallo)

Argumento e Roteiro
Jean-Claude Bernardet e Luis Sérgio Person



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

Governador Geraldo Alckmin
Secretário Chefe da Casa Civil Arnaldo Madeira

imprensaoficial

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Diretor-presidente	Hubert Alquéres
Diretor Vice-presidente	Luiz Carlos Frigerio
Diretor Industrial	Teiji Tomioka
Diretor Financeiro e Administrativo	Alexandre Alves Schneider
Núcleo de Projetos Institucionais	Vera Lucia Wey



Fundação Padre Anchieta

Presidente	Marcos Mendonça
Projetos Especiais	Adélia Lombardi
Diretor de Programação	Rita Okamura

Coordenador Geral	Rubens Ewald Filho
Coordenador Operacional e Pesquisa Iconográfica	Marcelo Pestana
Revisão	Andressa Veronesi
Projeto Gráfico e Editoração	Carlos Cirne

O Caso dos Irmãos Naves
(Chifre em Cabeça de Cavallo)

Argumento e Roteiro
Jean-Claude Bernardet e Luis Sérgio Person



São Paulo, 2004

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado

Bernadet, Jean-Claude

O caso dos irmãos naves: chifre em cabeça de cavalo / por Jean-Claude Bernadet e Luis Sérgio Person. – São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004. – 216p.: il. - (Coleção aplauso. Série cinema Brasil / coordenador geral Rubens Ewald Filho)

ISBN 85-7060-233-2 (obra completa) (Imprensa Oficial)

ISBN 85-7060-283-9 (Imprensa Oficial)

1. Cinema – Roteiros 2. Filmes brasileiros – História e Crítica 3. O caso dos irmãos naves (filmes cinematográfico) I. Person, Luis Sérgio. II. Ewald Filho, Rubens. III. Título. IV. Série

CDD 791.437 098 1

Índices para catálogo sistemático:

1. Filmes cinematográficos brasileiros :
Roteiros : Arte 791.437 098 1
2. Roteiros cinematográficos : Filmes
brasileiros : Arte 791.437 098 1

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (Lei nº 1.825, de 20/12/1907).

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Rua da Mooca, 1921 - Mooca
03103-902 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (0xx11) 6099-9800
Fax: (0xx11) 6099-9674
www.imprensaoficial.com.br
e-mail: livros@imprensaoficial.com.br
SAC 0800-123401

Caso Naves

No segundo semestre de 1965, Luis Sérgio Person apareceu inesperadamente no campus da Universidade de Brasília, onde eu lecionava. Já nos conhecíamos e tínhamos discutido bastante seu primeiro filme, *São Paulo Sociedade Anônima*. Ele vinha me convidar para escrever com ele o roteiro de *O Caso dos Irmãos Naves*. Ele tinha, dobrada em quatro e amarelecida, uma reportagem de 1949 provavelmente publicada pela revista *O Cruzeiro*: os irmãos tinham sido condenados por um crime que não só não cometeram, como um crime que não fora cometido. A condenação se baseou em fatos totalmente forjados pela polícia a partir de torturas. Era o “erro judicial” de Araguari. Person tinha sido profundamente marcado por esses fatos e continuava revoltado por essa condenação sem crime.

Hesitei em aceitar porque nunca tinha trabalhado em roteiro de ficção e me sentia inseguro (mas ele não), e principalmente porque não

podia deixar a UnB. Mas a situação da universidade estava instável, e de fato meses depois a quase totalidade do corpo docente se retiraria em protesto contra o regime militar.

Começamos a trabalhar sobre o filme em 1966. Tínhamos as atas do processo que foram publicadas pelo advogado Alamy, defensor dos Naves. E jornais da época. Comecei a pesquisa no acervo da Biblioteca Mário de Andrade, onde encontrei farto material na imprensa paulista e mineira.

6

Um belo dia, inesperadamente, Person irrompe na sala da biblioteca onde pesquisava. Sorridente, ele se senta e me diz: “*Vamos fazer um filme com Roberto Carlos.*” Meu espanto não podia ser maior, tanto mais que eu ignorava quem era Roberto Carlos. Ele me falou da *Jovem Guarda*, da importância de todo esse movimento da juventude da segunda metade dos anos 60. Além disso, um filme com a *Jovem Guarda*, pelo sucesso que provavelmente teria, facilitaria a produção posterior dos Naves.

Não tinha o que fazer: fechei os jornais, guardei minhas fichas. Durante alguns meses trabalhamos sobre *SSS contra Jovem Guarda*, até que um desentendimento entre Roberto Carlos e sua agência fez naufragar o projeto, e o roteiro foi arquivado. Voltamos aos Naves.

Já tínhamos muito material pesquisado. Fiz duas propostas narrativas para o filme. Uma obedecia à seqüência cronológica dos fatos. A outra, mais “moderna”, teria como tempo presente o processo e os fatos pregressos seriam relatados, sem ordem cronológica, à medida que fossem abordados pelos vários atores: acusados, advogado da defesa, juizes, advogado de acusação, testemunhas. Sem hesitação, Person rejeitou esta última proposta: uma tal estrutura nos cortaria do público, resultaria num filme para intelectuais, e ele não tinha nenhuma dúvida de que queria fazer cinema para o grande público.

Visto a grande quantidade de informações que tinha acumulado, eu encontrava dificuldade em

organizar todo esse material numa seqüência cronológica e demorava em apresentar a Person um argumento que se tornava urgente. Ao que se acrescentavam outras atividades necessárias à sobrevivência. Em função de que, ele me levou, bem como a minha mulher, para uma casinha afastada de São Paulo (M'Boi Mirim), onde nos trancou durante uma semana. Consegui produzir uma narrativa de umas quarenta páginas, ainda confusa, mas assim mesmo suficientemente coerente para servir de base à primeira versão do roteiro.

8

De volta a São Paulo, começamos a trabalhar no roteiro propriamente dito. Já nesta fase, tínhamos idéias mais claras sobre o filme. Já não se tratava apenas de relatar o "erro judicial" ocorrido no final dos anos 30 no interior de Minas Gerais. As relações com o nosso presente social e político eram evidentes: a polícia tinha inventado uma falsa realidade pela tortura, e a tortura vinha sendo praticado no Brasil pelo regime militar. O julgamento dos Naves se deu no início do Estado Novo, com um judiciário

submetido às novas autoridades, e no nosso presente a justiça tinha deixado de existir e se instalara um regime de violência e arbitrariedade. O filme seria absolutamente fiel aos fatos dos anos 30, mas se tornava uma metáfora política de nosso presente. Denunciaríamos a tortura e a arbitrariedade. Durante toda a elaboração do filme, nunca se perdeu de vista essa perspectiva, a tal ponto que passamos a qualificar os Naves de *“filme Castelo Branco”*, em oposição ao roteiro que escreveríamos em seguida, *A Hora dos Ruminantes*, que chamávamos de *“filme Costa e Silva”*.

9

Essa postura fez com que o aspecto reconstrução de época foi deixado para um plano secundário. Fomos à Araguari, onde se dariam as filmagens, visitamos algumas casas onde tinham morado pessoas envolvidas na situação, vimos o tribunal, encontramos pessoas que se lembravam dos fatos e nos davam a sua versão. Person aproveitou para fazer contatos com moradores de Araguari que pudessem interpretar alguns papéis secundários.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

